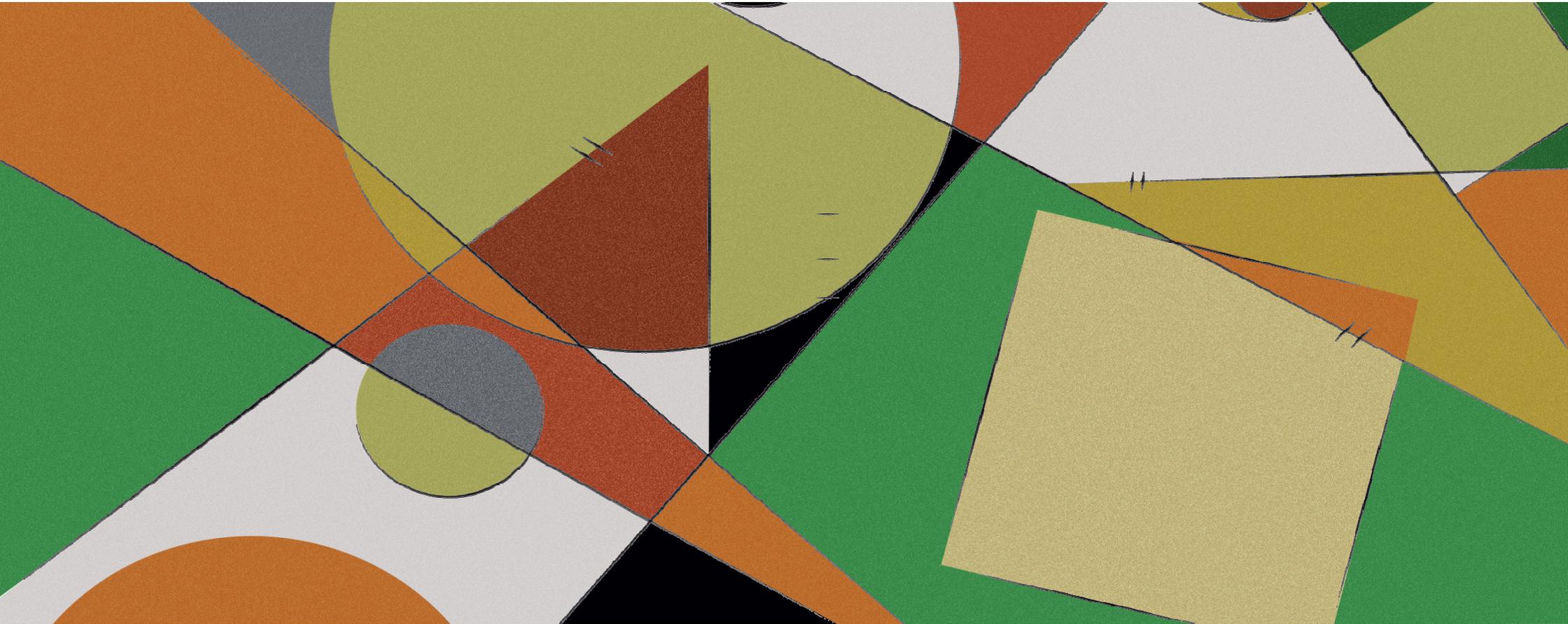


CAL & COINFRA

Conselho de Assuntos Legislativos
Conselho de Infraestrutura

Brasília, 20 de junho de 2017.



INFRAESTRUTURA

Concessões de Transporte

MPV 752/2016 do Poder Executivo



Convertida na Lei 13.448/2017

- ✓ Estabelece diretrizes gerais para a prorrogação e a relicitação dos contratos de parceria definidos no PPI, para os setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário.
- ✓ A medida abre caminho para a readequação e modernização dos contratos atuais e permite uma maior agilidade na realização dos investimentos em setores que apresentam um grande déficit na oferta de serviços.

Ações COAL/CNI – DIREITO DE PASSAGEM – prorrogação dos contratos de ferrovias;

- ✓ Inúmeras **ações com o relator**, dep Sérgio Souza (PMDB/PR); e com os senadores Lúcia Vânia (PSD/GO), Ronaldo Caiado (DEM/GO), Romero Jucá (PMDB/RR).

Prorrogação da Não incidência do AFRMM – Ne e N

MPV 762/2016 do Poder Executivo



Prazo final para sanção: 26/06/2017

- ✓ O texto original amplia até 2019 a não incidência do AFRMM para as navegações de cabotagem, interior fluvial e lacustre, sobre as mercadorias cuja origem ou destino final seja um porto localizado na Região Norte ou Nordeste.
- ✓ O texto aprovado na CMIST amplia por mais 3 anos e ainda:
 - ❖ Concede o mesmo benefício para as mercadorias importadas por portos localizados nas regiões Norte e Nordeste.
 - ❖ Inclui nova destinação ao Fundo da Marinha Mercante – FMM, que também será destinado para prover recursos à recuperação, dragagem, modernização e expansão ou construção de portos.

Ações COAL/CNI – retomada da isenção para longo curso;

- ✓ Sugestão de emendas ao relator, dep Felipe Maia (DEM/RN); dep. Jorge Cortê Real (PTB/PE); Márcio Marinho (PRB/BA).
- ✓ Nota técnica de apoio ao texto do PLV entregue aos deputados André Moura (PSC/SE); Aguinaldo Ribeiro (PP/PB); Leonardo Quintão (PMDB/MG).

Nova Lei de Licitações

PL 6817/201, do Senado Federal



- ✓ O projeto aguarda Criação da Comissão Especial.
- ✓ Pontos de aprimoramento relevantes para o setor:
- ✓ Previsões acerca do licenciamento ambiental;
- ✓ Redução da garantia da proposta;
- ✓ Seguro- garantia de performance;
- ✓ Qualificação técnica;
- ✓ Desapropriações;
- ✓ Habilitação econômico-financeira (Substituição pelo Seguro Garantia);
- ✓ Licitação para contratação de projetos;

- ✓ Redução da garantia da proposta
- ✓ Seguro- garantia de performance
- ✓ Qualificação técnica
- ✓ Desapropriações
- ✓ Habilitação econômico-financeira (Substituição pelo Seguro Garantia)
- ✓ Rescisão do contrato pelo particular
- ✓ Pré-qualificação obrigatória para contratação de obras de grande vulto

Ações COAL/CNI – Consolidação de sugestões de aprimoramento ao texto do Senado Federal

Marco Legal das Agências Reguladoras

PL 6621/2016, do Senador Eunício Oliveira PMDB/CE



- ✓ Aguarda indicações de nomes para Instalação da Comissão Especial;
- ✓ O projeto aprovado no Senado Federal traz avanços importantes quanto ao texto original;
- ✓ Reforça o princípio de autonomia decisória das Agências, com a supressão da necessidade de submissão dos planos de gestão à aprovação dos Ministérios Setoriais e do Planejamento;
- ✓ Necessidade de o plano de gestão ser apresentado ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados e ao TCU. Porém, define que os órgãos de fiscalização devem se ater a questões orçamentárias, e não influenciar ou alterar decisões regulatórias de caráter técnico;
- ✓ Retira a obrigação das Agências Reguladoras solicitarem parecer ao órgão de defesa da concorrência do Ministério da Fazenda sobre as minutas e propostas de alterações de atos normativos.

Ações COAL/CNI – sugestão para participação na CMIST

Criação da Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas

PL 528/2015, do Deputado Assis do Couto PT/PR



- ✓ **Preços mínimos** - os preços mínimos serão fixados levando-se em conta, prioritariamente, a oscilação e a importância do valor do óleo diesel e dos pedágios na composição dos custos do frete.
- ✓ **Adoção dos preços** - os preços definidos pelo Ministério dos Transportes têm natureza vinculativa, e a sua não observância sujeita o infrator às penalidades, a serem definidas em regulamento.

- ✓ **Adicional para distâncias curtas** - nos fretes curtos, realizados em distâncias inferiores a 800 quilômetros, os valores mencionados ficam acrescidos de, no mínimo, 15%;
- ✓ O projeto sob relatoria do deputado Valtenir Pereira (PMDB/MT) aguarda votação na CCJC.

Ações COAL/CNI – reuniões com relator; sugestões de voto em separado; sugestões de requerimento de redistribuição.

Regulação das concessões de geração e distribuição de energia elétrica

PL 1917/2015, do Deputado Marcelo Squassoni PRB/SP



✓ O projeto aguarda parecer do relator, deputado Fábio Garcia (PSB/MT) ;

✓ O texto trata da licitação das Concessões de Geração de Energia Hidrelétrica; Contratação Descentralizada pelas Concessionárias de Distribuição e portabilidade da conta de luz;

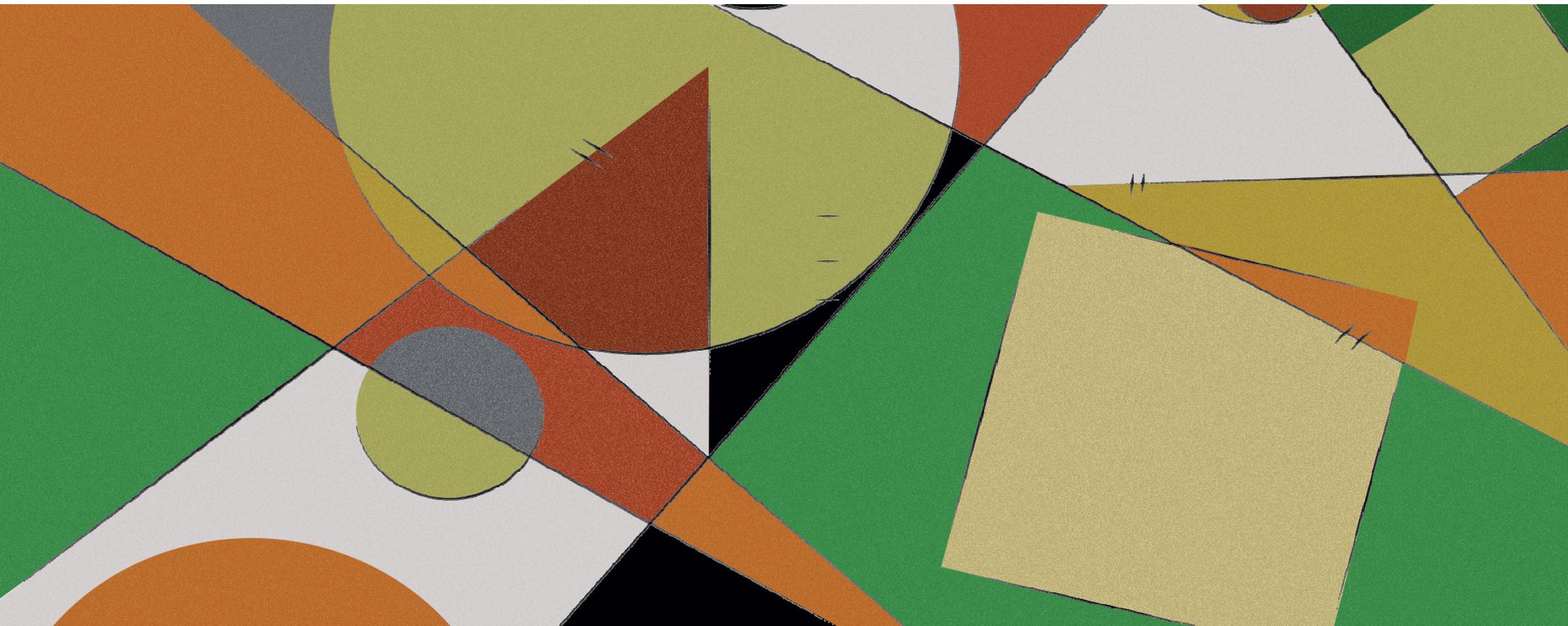
✓ A proposta traz como principal vantagem a possibilidade de escolha do fornecedor de energia.

✓ Para que esse ganho em competitividade se ultime, são **necessários os seguintes ajustes:**

a) Revisão do atual modelo de leilões para expansão do sistema elétrico.

b) Implantação de mecanismos de correção para as possíveis distorções no mercado das distribuidoras;

c) Previsão de instrumentos para evitar aumento de tarifa para os consumidores que permanecerem cativos.



PAUTA TRABALHISTA

Reforma Trabalhista

PLC 38/2017, do Poder Executivo

PAUTA MÍNIMA 2017 



Câmara dos Deputados

- ✓ Realizadas mais de 20 **audiências públicas**;
- ✓ Apresentadas 1340 **Emendas**;
- ✓ **Aprovado** com substitutivo em 28/04/2017;

Senado Federal

- ✓ Distribuído para **CAE, CCJ, CAS e Plenário**;
- ✓ CAE – Relator Senador **Ricardo Ferraço (PSDB/ES)**. Aprovado em **06/06**.
- ✓ CAS – Relator Senador **Ricardo Ferraço (PSDB/ES)**. **Relatório** lido em **13/06**. Discussão e **votação** prevista para **20/06**.
- ✓ CCJ - Relator Senador **Romero Jucá (PMDB/RR)**. Leitura do **relatório** prevista para **21/06** e a **votação** para o dia **28/06**.
- ✓ Realizadas 5 audiências Públicas.
- ✓ Apresentadas **cerca de 500 emendas na CAE e na CAS**. O prazo continua aberto na CAS até o início da discussão.

Pareceres na CAE e CAS – Relator Senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES)

✓ Pela **aprovação** do texto da Câmara com **recomendações de vetos**:

- ✓ Representação dos empregados no local de trabalho; 
- ✓ Gestante e Lactante em ambiente insalubre; 
- ✓ Serviço extraordinário da mulher; 
- ✓ Acordo individual para jornada 12x36; 
- ✓ Trabalho Intermitente; 
- ✓ Negociação do intervalo intrajornada. 

Perspectivas



Possibilidade
de edição de
MP

APROVADA

Plenário: turno único de
votação. Aprovação por
maioria simples

ALTERADA

R
E
J
E
I
T
A
D
A



Valorização da Negociação Coletiva



O que pode negociar

- ✓ Jornada de Trabalho e forma de registro;
- ✓ Banco de horas anual;
- ✓ Adesão ao PSE;
- ✓ Plano de Cargos, salários e Funções;
- ✓ Regulamento empresarial;
- ✓ Representante dos Trabalhadores no Local de Trabalho;
- ✓ *Home Office*, sobreaviso e trabalho intermitente;

- ✓ Remuneração por produtividade;
- ✓ Enquadramento do grau de insalubridade;
- ✓ Prorrogação da jornada em ambientes insalubres;
- ✓ Prêmios;
- ✓ Participação nos Lucros ou Resultados;
- ✓ Intervalo intrajornada;
- ✓ Troca do dia de feriado.

Valorização da Negociação Coletiva



O que não pode negociar para suprimir ou reduzir

- ✓ Seguro-desemprego;
- ✓ FGTS;
- ✓ 13º salário;
- ✓ Salário mínimo;
- ✓ Hora noturna superior à hora diurna;
- ✓ Salário-família;
- ✓ Descanso semanal remunerado;
- ✓ Horas extras com mínimo de 50%;
- ✓ Dias e gozo de férias anuais + 1/3;
- ✓ Licenças maternidade e paternidade;

- ✓ Aviso prévio;
- ✓ Proteção ao trabalho da mulher;
- ✓ Normas de SST;
- ✓ Adicionais de insalubridade e periculosidade;
- ✓ Aposentadoria;
- ✓ Seguro contra acidentes de trabalho;
- ✓ Proteção ao trabalho de crianças, adolescentes e PCDs;
- ✓ Direito de greve.

Definições Importantes

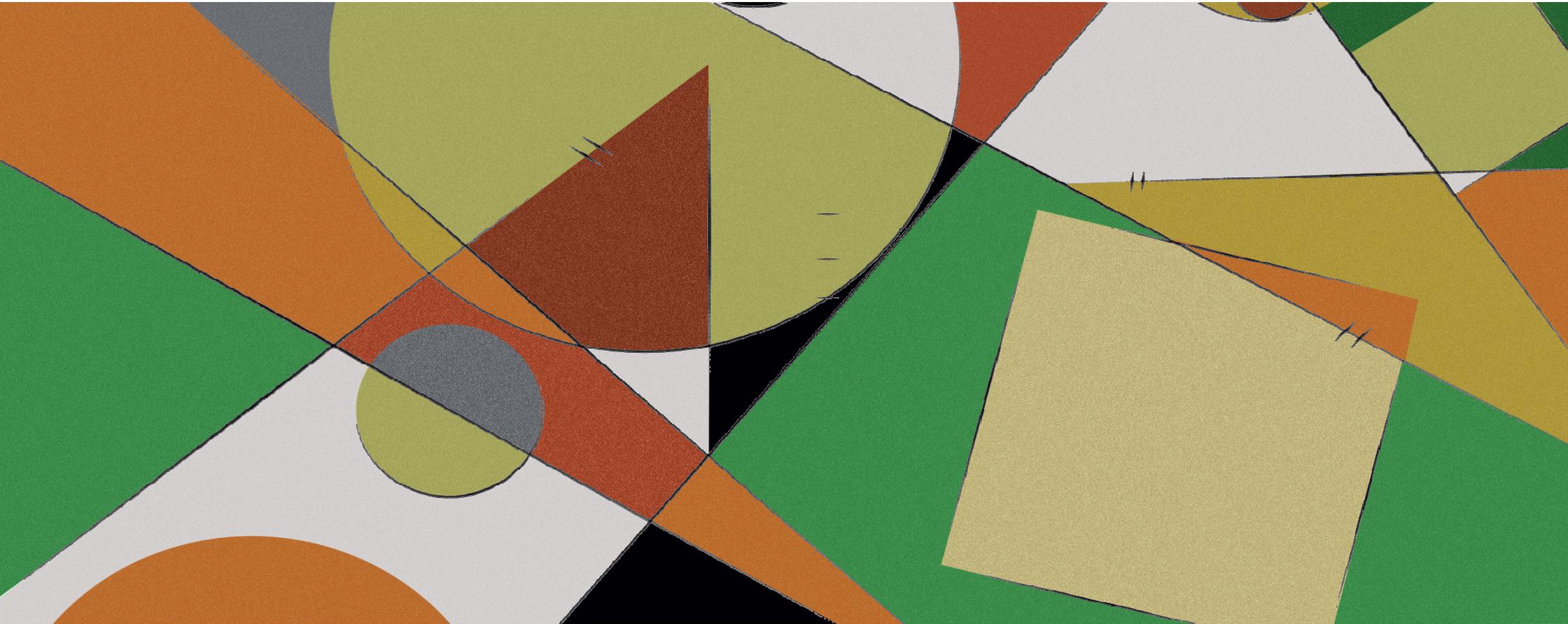
- ✓ Permite a Terceirização para qualquer atividade da empresa e quarentena de 18 meses em caso de demissão;
- ✓ Exclusão das horas *in itinere*;
- ✓ Parcelamento de férias em até três períodos;
- ✓ Trabalho de grávidas ou lactantes em ambiente insalubridade com grau médio ou leve, exige atestado médico;
- ✓ Contribuição sindical anual de obrigatória para optativa;

- ✓ Home Office;
- ✓ Trabalho intermitente;
- ✓ Trabalho em tempo parcial;
- ✓ Livre estipulação contratual para trabalhadores com nível superior e que recebam duas vezes acima do teto do RGPS;
- ✓ Permite acordo individual;
- ✓ Representação dos trabalhadores no local de trabalho.

Justiça do trabalho



- ✓ Vedação à ultratividade;
- ✓ Transcendência do recurso de revista;
- ✓ Multa por litigância de má-fé;
- ✓ Quitação anual das verbas rescisórias;
- ✓ Desconsideração da personalidade jurídica;
- ✓ Rescisão do contrato de trabalho por acordo entre empregado e empregador;
- ✓ Parâmetros para concessão da justiça gratuita;
- ✓ Honorários de sucumbência;
- ✓ Parâmetros para as indenizações por danos extrapatrimoniais.



ECONOMIA

Programa Especial de Regularização Tributária

MPV 783/2017 do Poder Executivo – Pauta mínima

UTA MÍNIMA 2017



- ✓ Permite inclusão de débitos incluídos no PRT, Refis e Paes;
- ✓ Condições facilitadas para dívidas consolidadas de até R\$ 15 milhões:
 - **Redução** do montante exigido **à vista** (de 20 para 7,5%);
 - Utilização de **créditos no âmbito da SRFB** com aplicação concomitante de redução de juros e multas;
 - **Dação em pagamento** concomitantemente com reduções no âmbito da PGFN;

- ✓ Total de 309 emendas apresentadas sendo **17 sugeridas** pela CNI;
- ✓ Na Comissão Mista presidida pelo senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE) e sob **relatoria do deputado Newton Cardoso Junior** (PMDB/MG);
- ✓ **Prazo da MPV:** 13/08/2017, prorrogáveis por mais 60 dias.

Programa de Regularização de Débitos Não Tributários

MPV 780/2017 do Poder Executivo



- ✓ Parcelamento especial de **Débitos não Tributários** junto às autarquias e fundações públicas federais e à Procuradoria-Geral Federal em até **240 prestações**;
- ✓ Possibilidade de **utilização de créditos próprios** para liquidação dos débitos;
- ✓ Na Comissão Mista presidida pelo deputado João Paulo Kleinübing (PSD/SC) e sob **relatoria do senador Wilder Moraes (PP/GO)**;
- ✓ Prazo: 03/08/2017 prorrogáveis por mais 60 dias.

- ✓ Total de 55 emendas apresentadas sendo **4 sugeridas** pela CNI:
 1. Permissão para inclusão de débitos tributários no programa;
 2. Supressão da previsão de que benefícios fiscais só serão concedidos se atendido o dever do Executivo de estimar o montante da renúncia fiscal e de considerá-la na estimativa de receita orçamentária e que não afetará as metas fiscais;
 3. Possibilidade de celebração de acordos e TAC com agências reguladoras que prevejam a conversão, no todo ou em parte, de multas em investimentos;
 4. Diminuição do percentual a ser pago à vista, ampliação do número de parcelas e redução dos juros.

Convalidação dos incentivos fiscais de ICMS

SCD 005/2017 (PLP 54/2015) da senadora Lúcia Vânia -
PSDB/GO



PAUTA MÍNIMA 2017

- ✓ Aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados o **texto de consenso construído pelo relator** deputado Alexandre Baldy (PODE/GO);
- ✓ O texto que chegou ao Plenário previa **redução gradual** dos incentivos para a Indústria após a convalidação mas o **dispositivo foi suprimido** permitindo o usufruto integral dos benefícios por 15 anos;
- ✓ O texto aprovado prevê **redução do quórum** para 2/3 mais o quórum regional para convalidação;

- ✓ No Senado, foi distribuído à CAE e Plenário. Encontra-se na CAE sob relatoria do senador **Ricardo Ferraço** (PSDB/ES);
- ✓ Perspectiva de apresentação do parecer na semana do dia 03/07/2017, com emendas de redação;
- ✓ **Ações CNI:** mobilização intensa junto aos líderes para solicitar a inclusão do PLP na pauta do Plenário da Câmara; atuação juntos aos Senadores.

Renegociação de dívidas com recursos dos Fundos Constitucionais

PL 5992/2016 do deputado Jorge Côrte Real – ALI 2017

- ✓ Autoriza a **repactuação de dívidas** oriundas de operações de crédito, contratadas junto às instituições financeiras administradoras, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento **FNO, FNE e FCO** e com **FINAM e FINOR**;
- ✓ **Aprovado** na CDEICS o parecer do **relator**, deputado Lucas Vergílio (SD/GO), que **a pedido da CNI**, avocou a relatoria;
- ✓ Encontra-se na CFT aguardando designação de relatoria.



Bônus de Eficiência e Produtividade para auditores da Receita e do Trabalho

MPV 765/2017 do Poder Executivo



- ✓ Cria o Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade Tributária e Aduaneira e na Atividade Auditoria-Fiscal do Trabalho;
- ✓ Após debate intenso na Câmara **foram suprimidos** os §§ 4º dos arts. 6º e 16, que determinavam as **bases de cálculo dos Bônus**;
- ✓ Dessa forma, **o bônus fica desvinculado das multas**, principal ponto de preocupação do setor produtivo na MPV;
- ✓ **Ações CNI:** mobilização dos parlamentares para esclarecer sobre a indústria da multa que seria criada pela instituição do bônus.



INSTITUCIONAL

Reforma Política

PEC 282/2016

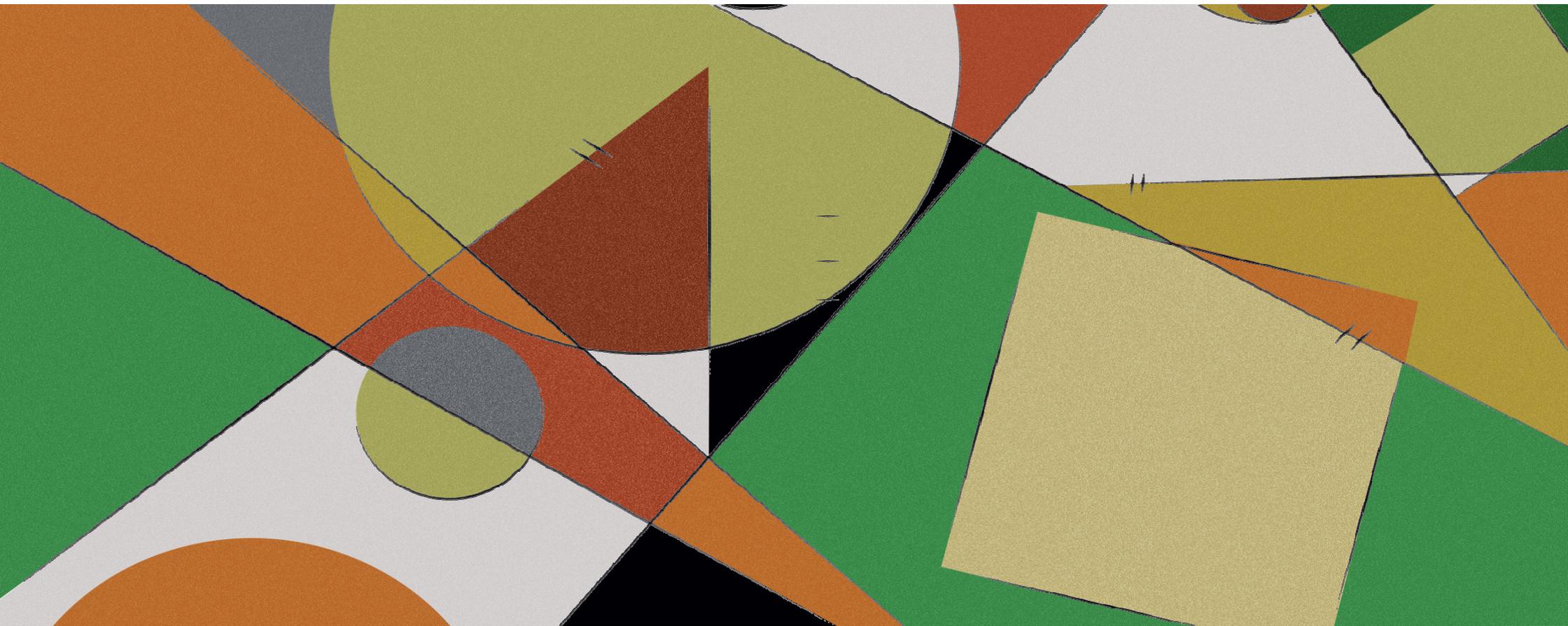
UTA MÍNIMA 2017



- ✓ Proposta já aprovada no Senado;
- ✓ Na Câmara, a CCJC aprovou a admissibilidade da PEC. Aguarda instalação da Comissão Especial;
- ✓ **Principais Pontos:**

- ✓ **Coligações nas eleições proporcionais** - **proíbe** coligações (vereadores e deputados) a partir de 2022;
- ✓ **Cláusula de barreira para a atuação dos partidos políticos** - em 2018, terão direito a funcionamento parlamentar os partidos que obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, um **mínimo de 2%** (índice nacional) distribuídos em 14 estados, com um mínimo de 2% dos votos;

- ✓ **Cláusula de barreira** - a partir de 2022, o percentual será **3%** distribuídos em, pelos menos, 14 unidades da Federação, com um mínimo de **2%** dos votos válidos em cada uma destas.
- ✓ **Federação Partidária** - permite **união de partidos** políticos para atuar com identidade política única na duas Casas do Congresso Nacional. Terão os mesmos direitos dos partidos nas atribuições regimentais, resguardada a autonomia estatutária.



MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Licenciamento Ambiental

PL 3729/2004, do Dep. Luciano Zica – PT/SP



- ✓ CNI convergente ao novo texto apresentado pelo Dep. Mauro Pereira (PMDB/RS) na CFT, destaque para a previsão de ritos simplificados, estabelecimento de prazos administrativos e autonomia do órgão ambiental.
- ✓ Impasse entre o MMA e demais Ministérios da Esplanada, quanto a dois aspectos: i) aspecto locacional e ii) oitiva aos órgãos intervenientes.

Ações COAL/CNI – diversas reuniões com a equipe do MMA e entidades representativas do setor privado para **construção de soluções legislativas** para temas de conflito.

Política Nacional de Áreas Contaminadas

PL 2732/2011, do Dep. Arnaldo Jardim – PPS/SP



- ✓ Texto de consenso construído em cooperação com representantes dos setores industriais, com destaque para:
 - a. eliminação de CIDE;
 - b. definição de procedimentos e prazos;
 - c. definição das responsabilidades do Poder Público e setor privado.

- ✓ Proposta entregue ao relator na CMADS, Dep. Carlos Gomes – PRB/RS.

Ações COAL/CNI – sugestão de relatoria do dep. Carlos Gomes – PRB/RS; consultas a representantes do setor industrial e entrega da **proposta de texto ao relator.**

Redução do Prazos de Análise de Patentes

PL 3406/2015, do Sen. Paulo Paim - PT/RS



- ✓ Texto aprovado no Senado estabelece prazo de 180 dias para o INPI examinar pedidos de patentes;
- ✓ Texto proposto pela CNI após consultas a setores interessados e agentes públicos foca no fortalecimento financeiro do INPI e no estabelecimento de metas anuais para a redução de prazos;
- ✓ Proposta será entregue ao relator da Matéria, dep. Laercio Oliveira – SD/GO.

Ações COAL/CNI – reunião com o relator na CDEICS, dep. Laercio Oliveira (SD/GO); **consultas a representantes** do setor farmacêutico e agentes públicos e elaboração de **proposta de substitutivo** a ser submetido ao relator na CDEICS.



OBRIGADO